DECRETO Nº 184 - DE 12 DE MARÇO DE 1931
(DOE 13/03/1931)

Altera e amplia os artigos 62 e 64 do Regulamento de Terras do Estado para beneficiar os lavradores do Pará, isentando-os de impostos, taxas, selos e quaisquer ônus para aquisição de pequenos lotes de terras devolutas.

O capitão Interventor Federal deste Estado, por nomeação legal do Governo provisório da República, usando de suas atribuições, e,

considerando que o Governo Revolucionário, cumprindo o programa da Revolução triunfante, tem por objetivo intensificar a agricultura e amparar as classes proletárias, há longos anos oprimidas pelos homens de governo e pelas leis que, longe de as favorecer no seu labor, as asfixiavam com os entraves materiais de impostos imoderados, na aquisição de pequenos lotes de terras, ao mesmo tempo que, prodigamente, concediam, gratuitamente, a negociastas, bafejados pela politicagem, milhares e milhões de hectares de terras devolutas,

considerando que, a maioria dos lavradores que da terra arrancam o seu sustento e de suas famílias, concorrendo diretamente para a riqueza pública, ou trabalham em terras particulares, pagando foros ou licenças, ou em terras devolutas, pagando o talão de ocupação, porque lhe faltam recursos para adquirir sua pequena propriedade;

considerando que uma só concessão, deferida pelos governos paraenses da velha República, de um milhão de hectares de terras devolutas, mais de duzentas léguas quadradas, das que este Governo cassou a pessoas inidôneas, dá, fartamente, para contemplar em lotes coloniais de 25 a 50 hectares a todos os lavradores e pessoas que se quiserem dedicar à agricultura do Pará,

Decreta:

Art. 1º - Os títulos definitivos de concessão de lotes agrícolas, de que trata o § único do arte 64, do Regulamento de Terras do Estado, ficam isentos do pagamento de emolumentos, taxas, selos e quaisquer outros ônus, não somente os que forem agora requeridos como os que estiverem em andamento ou parados, há anos, na Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação.

Art. 2º - Os lotes de terras agrícolas podem ser concedidos em qual. quer parte do Estado e terão a extensão de 25 hectares (250 x 1.000 metros), quando o requerente disponha até cinco pessoas de família e 50 hectares, quando exceda esse número.

Art. 3º - A prova referente ao número de pessoas de família do requerente, que vivam sob o mesmo teto e à sua expensa, é feita por simples atestado do

juiz, prefeito municipal, delegado e comissário de polícia da região, e deverá acompanhar, isenta de selos, a petição solicitando ao secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação o pedido das terras.

Art. 4º - Serão fornecidos, gratuitamente, os bilhetes de localização dos lotes coloniais existentes, bem como não pagarão mais, os pequenos proprietários agrícolas, como eram obrigados pelo art. 62 do Regulamento de Terras do Estado, "a despesa de medição de suas terras e os emolumentos e selos a que estavam sujeitos pelo bilhete de localização".

Art. 5º - Os prefeitos e subprefeitos municipais do Estado escolherão terras agrícolas em que possam ser fundados núcleos coloniais para localização de pessoas sem trabalho, prestando-lhes o auxílio necessário de acordo com as possibilidades de cada Prefeitura ou Subprefeitura, entendendo-se, diretamente, a respeito, com as Secretarias de Obras Públicas, Terras e Viação e Agricultura e Pecuária.

Art. 6º - O Secretário de Obras Públicas, Terras e Viação fará demarcar, ouvido o secretário da Agricultura e Pecuária, novas colônias para fixação dos lavradores e discriminar, por funcionário técnico de sua Secretaria, os lotes agrícolas que lhes forem requeridos de acordo com este decreto.

Art. 7º - Os favores do presente decreto são extensivos às ex-praças do Exército, Armada, extinta Força Pública Militar do Estado, operários e pescadores.

Art. 8º - Os lotes concedidos por força deste decreto são inalienáveis, constituindo bem de família, o qual só poderá ser transferido por sucessão, nos termos do art. 70 do Código Civil Brasileiro, ficando o proprietário obrigado a, no prazo de seis (6) meses, a contar da data do recebimento do título, a desobrigar-se da exigência legal do art. 73 do referido Código.

Art. 9º - Caducarão os títulos desses lotes desde que seus proprietários, dentro do prazo de três anos, não os beneficiem, construindo casa ou barraca e plantando árvores frutíferas e roças.

Art.10 - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado de Obras Públicas, Terras e Viação assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 12 de março de 1931.

JOAQUIM DE MAGALHAES CARDOSO BARATA